

Sindsep defende limite da terra no 16º Grito dos Excluídos

• Página 8



Sérgio Goiana
reassume o
Sindsep-PE e
fala sobre
eleições

• Página 3

Sindicato lança projeto Cine Debate Sociodramático

• Página 10



J. Borges, um artesão do mundo

Xilogravurista e cordelista de Bezerros, J. Borges é um dos artesãos mais reconhecidos em nível mundial

A pontado pelo escritor Ariano Suassuna como um dos mais inventivos criadores da arte nordestina e pelo jornal The New York Times como um gênio da cultura popular, o mestre J. Borges é o xilogravurista e cordelista brasileiro mais reconhecido do mundo. Sua arte alcançou fama mundial e reconhecimento com importantes prêmios como Prêmio Cultura, promovido pela UNESCO, e a Medalha de Honra ao Mérito, do Ministério da Cultura.

José Francisco Borges, ou simplesmente J. Borges, já fez de tudo um pouco nessa vida. Foi vendedor de jogo do bicho, adepto da quiromancia, pedreiro e pintor. Aos 12 anos, ainda era analfabeto, situação que não o impediu de



saber decorado um dos folhetos de cordel mais importantes da época, o texto do Romance do Pavão Misterioso.

Publicou o seu primeiro cordel em 1964, *O Encontro de Dois Vaqueiros no Sertão de Petrolina*. Vendeu cinco mil exemplares em 60 dias. Sua inspiração para a xi-

logravura veio da produção de cordéis. O mestre precisava de uma ilustração para os textos que escrevia, pegou um pedaço de madeira, fez a xilogravura, levou para a gráfica e vendeu que nem água.

A partir daí, outros cordelistas foram pedindo suas xilo-

gravuras, inclusive pessoas de outros estados brasileiros e até do exterior. Todo esse reconhecimento veio depois de ter sido descoberto por Ariano Suassuna, de quem é amigo até hoje. J. Borges ilustrou a capa do livro do escritor uruguaio Eduardo Galeano e foi o único artista latino-americano a participar do calendário da Unicef.

Saiu de Bezerros, sua cidade natal, para participar de exposições em países como França, Alemanha, Suíça, Itália, Venezuela e Cuba. Tem seu nome transformado em uma referência quando o assunto é cultura popular nordestina. A xilogravura *O Monstro do Sertão* e o folheto nordestino *A Chegada da Prostituta no Céu* são uma de suas obras mais conhecidas.

Temas recorrentes em suas obras, muito bem humoradas, são: o cotidiano do pobre, o canção, o amor, os castigos do céu, os mistérios, os milagres, crimes e corrupção, os folguedos populares e a religiosidade.

Charge Samuca

CIENTISTAS DESCOBREM PLANETA HABITÁVEL



Frases

“A eleição não é mais entre a Dilma e o Serra, que foi atropelado pela própria insignificância. A eleição é entre a Dilma e o PiG (Partido da Imprensa Golpista)”



Paulo Henrique Amorim, jornalista, ao comentar a campanha oposicionista liderada pela imprensa empresarial contra a candidata a presidente, Dilma Rousseff.

Artigo

Pelo limite da propriedade da terra*

Dom Pedro Casaldáliga

Um santo profeta de antigamente dizia que Deus criou o Universo e o diabo inventou a propriedade. A propriedade é um direito e também um dever. É capitalista, por definição, acumula e exclui, justifica a fome, a miséria, a depredação, o armamentismo e as guerras...

Frente à propriedade absoluta, há tempo que vêm surgindo vozes e ações de protesto, de revolta, de propostas justas e alternativas. Concretamente no nosso Brasil (e em toda nossa América). Este Brasil, que poderia ser uma benção, ocupa o segundo lugar mundial na concentração da propriedade fundiária. É campeão em latifúndio e em desigualdade social.

Está na hora de condenar o latifúndio como uma iniquidade. Está na hora de fazer da reforma agrária uma realidade e não mais um sarcasmo de promessas e subterfúgios. Proclamamos, com indignação e com esperança, que é possível, necessário e urgente acabar com o latifúndio. Todo latifúndio é injusto. E só se fará justiça ao povo do campo com uma reforma agrária e agrícola de terra distribuída e estabelecidos os limites máximos de toda propriedade.

Estamos em campanha por outro modelo para o campo brasileiro. Atualizaremos e radicalizaremos uma autêntica revolução no campo. Militantes e mártires, que vêm dando seu suor e seu sangue, nos comprometem e nos acompanham. Exigimos

do Congresso e do Judiciário o cumprimento da Constituição que dispõe que “a propriedade atenderá sua função social”.

Queremos fazer do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo um Fórum permanente e verdadeiramente nacional. E, concretizando nossa luta e reivindicação, assumimos, com a teimosia que for necessária, e em união com todas as forças vivas, a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra.

Dom Pedro Casaldáliga

Bispo emérito da prelazia de São Félix do Araguaia/MT

*Artigo extraído na cartilha do Encontro Nacional de Formação e Capacitação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo/2008

Expediente

Jornal editado pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de PE
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 – Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839

Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br

Coordenador Geral
Sérgio Goiana
Secretária Geral
Graça Oliveira

Diretoria de Imprensa
Fernando Antônio de Lima,
e Jemuel Nunes

Jornalista Responsável e Edição
Fabíola Mendonça (DRT-2506)

Texto
Deyse Lemos (DRT-3909), Gabriela
Farinha e Nathalia Beserra (estagiária)

Revisão
Mª de Lourdes S. Maior Araujo

Fotos
Arquivo SINDSEP – PE, João Carlos
Mazella

Projeto gráfico e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468) fone: 9291.3273

Impressão CCS Gráfica e Editora
fone: 3459.0000
Tiragem - 14.000 exemplares

Entrevista: Sérgio Goiana - Coordenador geral do Sindsep-PE

“Precisamos de um serviço público forte. Com Serra isso jamais vai existir”

GARRA - O que representou para o senhor disputar uma vaga de deputado estadual e qual a importância desses mais de 12 mil votos que o senhor teve no Estado?

SÉRGIO GOIANA - É uma experiência muito válida, porque você vai para um processo de embate em nível do Estado, você tem que refletir propostas para todos os pernambucanos. Tem que pensar no macro. Nós apresentamos propostas, discutimos com elas, percebemos que as pessoas carecem ainda de muita coisa, principalmente do ponto de vista da estrutura, de moradia, de educação, de saneamento básico, de saúde e, acima de tudo, de serem respeitadas nos seus direitos. Quanto à minha votação, eu gostaria de agradecer a cada um dos meus mais de 12 mil eleitores, principalmente porque sabemos que foram votos de opinião. A nossa campanha foi uma campanha de trabalhador, não tinha a exposição na mídia como outros candidatos. Mas, as pessoas que acreditaram nesse projeto mostram que é possível fazer política pensando no coletivo, com propostas para a comunidade, é possível fazer política com dignidade e com respeito à população.

GARRA - Qual a avaliação que o senhor faz do resultado das eleições em Pernambuco, onde a chapa que o senhor apoiou saiu consagrada das urnas, reelendo governador e legendando dois senadores?

SÉRGIO GOIANA - Esse resultado considero muito positivo, porque a população entendeu a mensagem, o Estado está numa fase de desenvolvimento muito grande, e isso significa que a liderança hoje do governador Eduardo Campos tem conseguido, com todas as dificuldades, estabelecer e cumprir metas. Evidente que precisamos fazer muita coisa ainda, mas vamos ter, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), condições de ampliar a qualidade de vida das pessoas, que passa pela ampliação das estradas, mais moradias, saneamento, enfim, daquilo que se faz necessário para a população ter uma vida digna. As vitórias de Armando Monteiro e Humberto Costa significam que a população entendeu a mensagem de que é importante ter uma representação no Senado comprometida com o projeto nacional, da candidatura de Dilma Rousseff. Mostra também que Pernambuco está num novo ritmo político. A saída de Sérgio Guerra e Marco Maciel do Senado, principalmente de Marco Maciel, que já estava há mais de 50 anos ocupando cargo público, tem importância histórica para Pernambuco, porque vai ficar registrado o fim de uma era, que não trouxe para o Estado grandes benefícios, nem grandes avanços.

GARRA - E a eleição presi-

Meenos de 24 horas depois do resultado das eleições, Sérgio Goiana - coordenador geral do Sindsep-PE e presidente da CUT Estadual licenciado por ter disputado uma vaga de deputado estadual - reassumiu, no dia 4 de outubro, sua função no sindicato e na central. Na entrevista a seguir, ele fala de sua experiência nas urnas, onde obteve mais de 12 mil votos, e da vitória consagrada do governador Eduardo Campos (PSB), reeleito com mais de 80% dos votos, e dos senadores Humberto Costa (PT) e Armando Monteiro (PTB), chapa que apoiou nas eleições de 3 de outubro. Ao avaliar o processo eleitoral, Goiana também faz uma análise da eleição presidencial e da importância de votar em Dilma Rousseff (PT) no segundo turno, derrotando o projeto do neoliberalismo defendido pelo PSDB de José Serra.



dencial, o que esperar do segundo turno?

SÉRGIO GOIANA - É uma eleição difícil, como qualquer outra que se define nos detalhes. Nós defendemos a candidatura de Dilma por entendermos que ela tem um projeto completamente diferente do de José Serra, principalmente para os servidores federais. Enquanto que com José Serra não vai existir espaço para negociação, com Dilma nós vamos ter a perspectiva de negociar e de avançar no serviço público para a população. Por isso, é de fundamental importância o empenho de todos na campanha de Dilma Rousseff, porque, mesmo com todas as dificuldades, conseguimos avançar muito no governo Lula e não podemos retroceder neste momento. O PSDB representa o atraso, representa massacre salarial para os servidores públicos e o desmonte ainda maior do serviço público, prejudicando mais a população carente. Não podemos permitir que esse atraso volte, pelo contrário, defendemos a continuidade das mudanças. Muita coisa foi feita e muito falta

fazer, mas não podemos permitir a interrupção deste projeto de transformação social e distribuição de renda

GARRA - Ainda para o serviço público, o que representam Dilma presidente e Serra presidente?

GOIANA - São muitas as diferenças entre o projeto do PSDB, liderado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e José Serra, e o do presidente Lula, que apóia a candidatura de Dilma Rousseff. O PSDB, no governo FHC, privatizou várias empresas nacionais, inclusive a Petrobrás, uma das maiores empresas públicas, não foi privatizada por muito pouco. Além disso, no governo do PSDB houve um verdadeiro massacre salarial, muitos servidores tiveram seus salários praticamente tomados pela inflação, mesmo pequena, porque o governo não concedeu reajuste salarial. Não existiu política salarial para o funcionalismo durante os oito anos da gestão tucana. Outra marca foi a falta de concurso público e, por conta disso, o gover-

no ainda ampliou a terceirização, fazendo com que as empresas de muitos políticos tivessem o domínio do serviço público. Teve também o desprezo aos aposentados, os quais FHC chegou a chamar de vagabundos. Já a administração Lula, o que vimos foi, primeiro, a suspensão das privatizações; a valorização da Petrobrás, que, com a descoberta do pré-sal, vai transformar o Brasil em uma das maiores potências do mundo; tivemos a realização de concursos públicos; negociação com funcionalismo, praticamente todos os servidores públicos tiveram não só reajuste mas ganho real nos seus salários, muitos, inclusive, avançaram no plano de carreira. Não podemos por hipótese alguma abrir mão de eleger Dilma, porque está em jogo não só um projeto social para o país, mas, acima de tudo, para o serviço público. E a população precisa de um serviço público forte, gratuito e de qualidade. Com Serra isso jamais vai existir.

GARRA - Retornando ao cargo de coordenador do Sindsep, quais são as ações mais imediatas que o senhor pretende implantar?

GOIANA - Finalizamos as eleições de delegados para o Congresso da Condsef, estamos preparando a delegação de Pernambuco, para que possamos dar uma contribuição decisiva a este congresso; temos que investir na formação, precisamos valorizar os novos quadros com pessoas que possam dar um novo oxigênio ao sindicato; queremos fortalecer nossos aposentados, lutar pela igualdade salarial entre aposentados, ativos e pensionistas; enfim, manter o cronograma de propostas apresentadas desde 2008, quando assumimos a coordenação, com toda a direção. Vamos fazer algumas reformas na sede, com o objetivo de oferecer melhores serviços a nossos associados.

GARRA - O senhor deve ter acompanhado, mesmo licenciado, a greve dos servidores do MTE, que durou mais de cinco meses. Que avaliação o senhor faz da paralisação?

GOIANA - É uma avaliação positiva, porque os servidores e as entidades representativas foram até as últimas consequências, diante da intransigência do governo. Foi uma vitória histórica, quando tivemos até o reconhecimento do Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a legalidade da greve. Agora, temos que permanecer na luta pelo plano de carreira. É uma luta justa dos servidores e as entidades, e eu aqui falo pelo Sindsep, têm que continuar apoiando, lutando, porque é mais que um direito. Parabéns para todos aqueles que participaram dessa mobilização, porque é dessa forma que vamos avançar.

Comando Estadual de Mobilização do MTE

Jussara Rodrigues Bezerra

A greve foi um instrumento utilizado para dar visibilidade às nossas reivindicações, ao desrespeito e ao desrespeito do governo com a categoria, bem como à luta por melhorias nas condições de trabalho e pelo fortalecimento do órgão. Por isso, não só a greve, mas o movimento reivindicatório dos administrativos do MTE entra para a história de luta dos servidores públicos do Brasil tanto pela resistência demonstrada nos mais de cinco meses em greve, quanto pela inovação em integrar ações políticas, jurídicas e de sensibilização à sociedade. A conquista maior foi a unicidade, a integração e a mobilização de todos os servidores administrativos do órgão em torno de um único objetivo, que certamente será alcançado com os próximos passos do Movimento Nacional de Mobilização: a implantação do Plano Específico de Carreira do MTE.



Cléber Guerra

A avaliação que eu faço dos cinco meses de greve é positiva porque a categoria cresceu muito, principalmente em aprendizado. Sabemos agora como conduzir uma greve e, hoje, os meios que utilizamos servem de modelo para que outras categorias alcancem em seus objetivos. Nossa principal conquista foi a legalidade da greve, mas ainda temos a esperança de que o nosso Plano Específico de Carreira ou algum benefício seja pensado para o Ministério do Trabalho. Acredito numa política de valorização do servidor por parte do governo federal que tem que rever a situação.



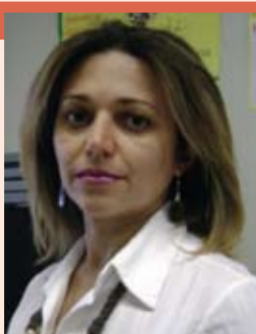
Mizael Alves

Por causa da grande insensibilidade do governo federal, apesar de todo o nosso esforço e mobilização, só conquistamos o direito de não ter o ponto cortado e o reconhecimento do Poder Judiciário em relação à legalidade da greve. O que pretendemos daqui para frente é agir nas vias políticas, através da Condsef, do Sindsep e demais sindicatos e do comando de greve nacional para pressionar o governo. Entendemos que o nosso pleito é mais do que justo, precisamos ser mais valorizados.



Arioneide Belém

O movimento é vitorioso por abrir caminho para que outras categorias de servidores públicos possam seguir e romper paradigmas com uma mobilização que soube utilizar as formas de comunicação: a mídia e a internet foram muito bem aproveitadas. As redes de comunicação e os fóruns fizeram o importante trabalho de articular a base, gerando sinergia, o que trouxe excelentes resultados. As ações políticas deram muita visibilidade à categoria junto a políticos importantes e inúmeros parlamentares. No campo jurídico, a conquista da decisão do STJ pela legalidade e pelo reconhecimento do nosso direito servirá de jurisprudência para que muitos outros companheiros, também injustiçados pelo governo, possam reivindicar o cumprimento de acordos. O servidor do MTE está mobilizado como nunca e a vitória final certamente chegará com as próximas ações: o Plano Específico de Carreira dos Administrativos.



Fabiane Lobo

A decisão histórica tomada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela legalidade da greve, pelo não corte de ponto e pelo reconhecimento do direito dos servidores administrativos ao Plano de Cargos e Carreiras foi também endossada pelo Ministério Público Federal, o que demonstra o nível das conquistas e faz vitoriosa a greve dos administrativos do MTE. A categoria sai fortalecida e continua mobilizada agora numa nova etapa, focada, também, nas ações políticas, buscando o apoio dos parlamentares. Além das questões salariais, lutamos pela reestruturação do órgão, condições de trabalho e contra o assédio moral. Mesmo com o silêncio do governo, os servidores, numa demonstração de respeito e reafirmando o seu compromisso com a sociedade, suspenderam a greve, temporariamente, e retornaram aos locais de trabalho, aguardando também a decisão do Supremo Tribunal Federal.



Depois de cinco meses, greve no Ministério do Trabalho é suspensa

Em assembléia realizada no dia 28 de setembro, grevistas resolveram suspender a paralisação

Os servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), em assembléia realizada no dia 28 de setembro, decidiram suspender a greve no setor, que já durava mais de cinco meses. Uma semana antes, no dia 22, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o dissídio coletivo do Ministério do Trabalho. A corte do STJ confirmou a legalidade da paralisação, convergindo com o Ministério Público Federal, que, dois dias antes (20 de setembro) emitiu parecer favorável aos grevistas.

Ao julgar o dissídio, o STJ determinou que o governo não poderá cortar pontos ou prejudicar administrativamente ninguém que tenha participado da mobilização. Os dias parados terão que ser repostos. Quanto ao plano de carreira, o Tribunal preferiu não interferir, alegando tratar-se de uma prerrogativa do Executivo.

“O Judiciário fez a sua parte. Essa foi uma decisão que ratificou que o movimento cumpriu tudo aquilo que estava previsto na lei. Não é competência do Judiciário julgar plano de carreira, isso é responsabilidade do Executivo. Como normalmente não há interferência de um poder no outro, cabe agora ao Executivo apresentar uma proposta concreta de melhorias das condições de trabalho e salariais e reestruturação do órgão”, diz o diretor da Condsef e do Sindsep-PE, José Carlos Oliveira (foto abaixo).

Após o julgamento do dissídio, os servidores do MTE participaram de uma plenária nacional do setor, em Luziânia, Goiás, para analisar a decisão do STJ, avaliar a greve e tirar os encaminhamentos. No dia 4 de outubro, o atendimento no MTE em Pernambuco voltou à normalidade. Mesmo retomando ao trabalho, os servidores continuam mobilizados em torno da pauta do setor. O comando de greve foi mantido, no sentido de pressionar o Ministério do Planejamento a sentar com os servidores para negociar.

HISTÓRICO

A paralisação nacional do MTE foi decretada diante da falta de perspectiva do atendimento às reivindicações setoriais depois da quebra do acordo por parte do governo. Em nível nacional, a paralisação começou em 6 de abril e, em Pernambuco, no dia 13 do mesmo mês. Os servidores lutam por



GREVE Em cinco meses de paralisação, uma das atividades foi o enterro simbólico do MTE

um plano de carreira específico para o setor. Também estão na pauta de reivindicação a contratação e implantação de concurso público e reestruturação do órgão.

Foram muitas as iniciativas para chamar atenção da população durante esses cinco meses de greve. Entre as atividades já realizadas que garantiram maior amplitude à greve estão o “enterro” do Ministério do Trabalho, a vigília do Ministério do Planejamento, a campanha “o MTE agoniza” e os protestos no desfile do Dia da Independência.



Países latino-americanos declaram apoio à paralisação

A greve dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) receberam o apoio de 32 países da América Latina, presentes na Conferência Regional Interamericana, promovida pela Internacional dos Serviços Públicos (ISP), entidade à qual a Condsef é filiada. A coordenadora geral do Sindsep, na época do evento, e diretora da confederação, Graça Oliveira, integrou a delegação brasileira na conferência, que aconteceu entre os dias 7 e 12 de setembro, na cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia.

“A conferência foi um evento grandioso, onde pudemos discutir desde pautas específicas sobre o serviço público, passando pela questão ambiental, até assuntos relacionados a gênero, raça e etnia”, explica Graça Oliveira. Sobre a greve no MTE, a Condsef fez uma exposição pública sobre a situação vivenciada pelos servidores do órgão nos

últimos cinco meses, a intransigência e falta de respeito por parte do governo, que não quer negociar, pedindo apoio internacional à mobilização do setor.

Na ocasião, foi aprovado um texto unânime de apoio ao movimento. O secretariado da ISP se comprometeu em enviar uma cópia do ofício ao presidente Lula e ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi. A intenção é cobrar providências para solucionar o problema dos servidores do MTE.

“Essa foi mais uma forma de pressão que a gente colocou e esperamos que, com o apoio desses mais de 32 países, o governo discuta efetivamente com os grevistas em outro patamar. Quere-

mos chegar a uma solução para um problema que só aconteceu devido a um acordo quebrado”, afirmou Graça Oliveira.

Além de se posicionar a favor da greve no MTE, os 32 países representados na conferência elevaram como metas prioritárias a aprovação da Convenção 151 e a instituição da negociação coletiva no setor público em todos os países, como forma de fortalecer a administração pública e garantir serviços públicos de qualidade para todas as pessoas

“Ter participado da conferência foi muito rico, porque pude conhecer a realidade do serviço público de outros países da América Latina. Foi uma grande troca de experiência”, resumiu Graça.

Foi elaborado um documento em favor da greve, assinado por todos os países presentes

essa luta é nossa



Marcha pelo trabalho decente

No dia 7 de outubro, trabalhadores do mundo inteiro foram às ruas para lembrar o Dia Mundial pelo Trabalho Decente, uma campanha que luta por emprego e salário justo para todas as pessoas. No Brasil, a campanha está sendo coordenada pela CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, NCST e UGT, que buscam ampliar laços de solidariedade e integração entre os povos. A política de valorização do salário mínimo e o fortalecimento do papel do Estado têm sido essenciais para o país superar a crise e combater as desigualdades, e precisam ser aprofundadas para efetivar a justiça social. Para que o trabalho decente torne-se realidade é preciso ampliar direitos, reduzir a jornada de trabalho sem redução de salário, combater a precarização e o trabalho infantil, garantir igualdade de oportunidades e serviços públicos de qualidade. É preciso aumentar os investimentos em políticas públicas e pressionar para colocar o setor financeiro em sintonia com um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo, reduzindo as taxas de juros e ampliando os recursos para o setor produtivo e para as áreas sociais.

Comunicação social em pauta

Um rico debate sobre a democratização da comunicação vem crescendo na sociedade brasileira e o Sindsep-PE, que defende a comunicação como um direito humano, não poderia ficar de fora dessa discussão. A entidade corrobora com a luta das centrais sindicais, movimentos sociais e blogueiros progressistas, que, no dia 23 de setembro, realizaram, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, um ato “Em defesa da democracia e contra o golpismo midiático”. Representantes da sociedade civil, como o MST, repudiaram setores da imprensa empresarial que criminalizam os movimentos sociais e se comportam a partir dos interesses da elite política e econômica brasileira.

Entrevista: Luís Fernando - Assessor Jurídico da Condsef

“Com o tempo, a aposentadoria tende a ser mais negativa para o servidor”

GARRA - Quais são as opções que o servidor público tem para se aposentar?

LUÍS FERNANDO - Hoje são diversas, cada uma delas na dependência da data em que o servidor implementou as condições para o usufruto deste direito. Como cada uma destas regras traz diferentes dispositivos sobre questões como integralidade de proventos e direito a paridade, mostra-se imprescindível que o servidor tome todo o cuidado no momento de requerer sua aposentadoria.

GARRA - As regras para o tempo de serviço e idade são as mesmas para as aposentadorias por invalidez?

LUÍS FERNANDO - Não. No caso das aposentadorias por invalidez não importa o tempo de serviço ou a idade do servidor, pois o direito decorre de uma condição inesperada (a invalidez), o que torna esta modalidade de aposentadoria compulsória.

GARRA - Qual é a melhor forma de aposentadoria para o servidor público?

LUÍS FERNANDO - Cada servidor precisa analisar sua situação no caso concreto. À medida que o tempo vai passando, as regras de aposentadoria tendem a ser mais negativas ao servidor, de tal modo que regras mais antigas costumam ser melhores. Por outro lado, se o servidor só implementou as condições a partir de janeiro de 2004, sem dúvidas a melhor alternativa será a aposentadoria pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

GARRA - Qual a pior opção, aquela que o servidor deve fugir?

LUÍS FERNANDO - A pior opção, sem dúvida alguma, é a aposentadoria pelo artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

GARRA - Qual é o melhor momento de se aposentar? É possível que o aposentado reveja o enquadramento da sua aposentadoria? Como ele deverá proceder?

São muitas as dúvidas que pairam entre os servidores sobre aposentadoria. O Sindsep vem investindo em eventos que possam clarear mais as idéias de seus associados sobre o tema, mas ainda é grande a falta de informação. Na entrevista a seguir, o assessor jurídico da Condsef, Luís Fernando, desmistifica algumas dessas questões.



LUÍS FERNANDO - Os pedidos de revisão de aposentadoria, a serem protocolizados junto aos respectivos órgãos de recursos humanos, devem observar o prazo prescricional de 5 anos, contados da data em que a aposentadoria foi concedida.

GARRA - Ao que o servidor deve ficar atento na hora de se aposentar?

LUÍS FERNANDO - À data em que implementou as condições para o usufruto desse direito, de modo a ser do correto enquadramento da sua aposentadoria, e a questões como integralidade e paridade, que variam segundo essas regras.

GARRA - O que significa aposentadoria compulsória para o servidor público?

LUÍS FERNANDO - Significa

que o servidor não opta por essa modalidade, a qual lhe é imposta pelo preenchimento da idade (compulsória aos 70 anos), ou condição (invalidez).

GARRA - Como é feita a aposentadoria no caso de pessoas que trabalharam na iniciativa privada antes de entrar no serviço público?

LUÍS FERNANDO - É considerado o tempo privado somado ao tempo público.

GARRA - Existe alguma coisa que o servidor já aposentado possa fazer para melhorar a sua aposentadoria?

LUÍS FERNANDO - Ele pode obter uma cópia integral do seu processo de aposentadoria e analisar detalhadamente as condições nele observadas, de forma a verificar se não havia outro enquadramento possível, se foram

considerados todos os períodos laborais, etc.

GARRA - Quando o servidor pode solicitar o abono de permanência e até quando ele dura? O senhor acha que vale a pena?

LUÍS FERNANDO - O abono de permanência dura enquanto o servidor não estiver aposentado, seja essa aposentadoria voluntária ou compulsória. Já o direito à percepção do abono nasce com a implementação de qualquer das formas de aposentadoria, ainda que futuramente o servidor lance mão de outra forma para a efetivação dessa aposentadoria.

GARRA - O senhor pode explicar o que é a reversão à atividade? Para que casos o senhor indicaria essa opção?

LUÍS FERNANDO - É o retorno do servidor à sua atividade, que deve ser requerida no prazo de até 5 anos da concessão da aposentadoria.

GARRA - Na hora da consultoria jurídica, que documentos é necessário que o servidor tenha em mãos para agilizar o processo da consulta?

LUÍS FERNANDO - Uma cópia integral do seu processo de aposentadoria ou uma certidão completa do seu tempo de serviço.

GARRA - Quando surgiram as gratificações produtivistas?

LUÍS FERNANDO - Surgiram em julho de 1999, ainda no Governo Fernando Henrique (PSDB), como forma de burlar o princípio da paridade e não estender aos aposentados vantagens financeiras deferidas aos servidores em atividade.

GARRA - As gratificações trazem prejuízos aos ativos? Quais são esses prejuízos?

LUÍS FERNANDO - Elas trazem profunda insegurança quanto ao futuro, tornando impossível ao servidor fazer uso dos seus valores para o planejamento de sua vida familiar. Além disso, as formas de aferição do “desempenho”, não raro, podem ser classificadas como verdadeiro assédio moral.

Carreiras transversais na pauta do X Congresso da Condsef

Confederação se mostra preocupada com a transversalidade e não descarta entrar na Justiça para corrigir as injustiças

O X Congresso da Condsef, o Concondsef, que será realizado de 8 a 12 de dezembro próximo, terá como ponto alto as discussões acerca das carreiras transversais, que criam estruturas remuneratórias diferenciadas para determinados cargos de nível superior dos planos gerais como o PGPE e a Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho. A Confederação está estudando as medidas judiciais cabíveis para corrigir o problema. Para a entidade, o Governo feriu os princípios da isonomia, da razoabilidade, da finalidade, da eficiência administrativa e da equiparação.

São exemplos de transversalidade a carreira de desenvolvimento de políticas sociais (Lei 12.094/09), que discrimina servidores antigos; e a carreira de infraestrutura (12.277/10), que concedeu reajustes apenas aos engenheiros, arquitetos, economistas, estatísticos e geólogos. No último caso, o Governo alega que esses profissionais precisam de melhorias salariais porque estão na “linha de frente” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A Condsef – longe de ir de encontro às estruturas remuneratórias especiais – acredita que todos os servidores de nível superior do Poder Executivo precisam ser beneficiados.

CARREIRAS TRANSVERSAIS

Elas possibilitam que os servidores sejam aproveitados em outros órgãos, mas de acordo com a necessidade da administração pública. Para o Sindsep-PE, a mobilidade é positiva, no entanto, o servidor também deve participar dessa escolha, como ocorria nos anos de 1970 e 1980, quando os servidores ingressavam em cargos públicos de natureza genérica, o que permitia que eles mudassem de órgão. Quem era agente administrativo, por exemplo, poderia trabalhar em praticamente todas as instituições.

Para a secretária geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, com as várias carreiras específicas existentes hoje, que muitas vezes recebem o nome do próprio órgão, elas “aprimoram o servidor a determinada instituição pública”. Como exemplo dessa limitação, existe a carreira do seguro social com os cargos de analista previdenciário e técnico previdenciário. Esses servidores, a princípio, não podem ser aproveitados em outros órgãos.

DIRETRIZES DE CARREIRA

A Condsef defende uma mobilidade dos servidores baseada na proposta de diretrizes gerais de planos de carreira. A entidade

de vem desde 1992 estudando o assunto, reforçando esse estudo a partir de 2006. Seria a reorganização de todas as carreiras e planos especiais de cargos, de modo a assegurar aos servidores a máxima mobilidade entre os diversos órgãos da administração pública. A mobilidade seria maior nos primeiros anos de serviço público e diminuiria com o passar do tempo, como uma pirâmide.

“Muitos servidores ingressam no serviço público antes dos 22 anos. Alguns ainda sem curso universitário e sem definição sobre a vida profissional. A ideia é que futuramente esse trabalhador possa ser aproveitado em outros órgãos, de acordo com sua especialização e disponibilidade de vaga na instituição pretendida”, explica Graça Oliveira.

DELEGADOS AO CONCONDSEF

Além das carreiras transversais, o Congresso da Condsef vai traçar um plano de luta que vai guiar a atuação política dos servidores federais nos próximos anos. Também será eleita a próxima direção da Confederação. “O Congresso da Condsef é a instância máxima de discussão de assuntos relacionados ao serviço público e ao servidor da base da Condsef. Este ano, acho que teremos um dos maiores congressos de nossa confederação”, afirma Graça Oliveira (foto).

Pernambuco deverá contar com uma das maiores delegações, a qual está sendo eleita desde o dia 8 de setembro e prossegue até 14 de outubro.

As atenções se voltam para o orçamento 2011

Passadas as eleições, o Congresso Nacional volta à normalidade e a expectativa vai girar em torno da aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), no Congresso Nacional. A subseção do Dieese da Condsef realizou um estudo para analisar esse projeto e o resultado não foi positivo. Constatou-se que o PLOA garantiu recursos para o cumprimento somente daquilo que está na Constituição Federal.

A verba para atender os acordos já firmados com as categorias foi “esquecida”. Sendo assim, a Condsef está convocando toda sua base filiada para aumentar os trabalhos de pressão junto ao governo. A saída agora é tentar aprovar, junto aos deputados federais, emendas para serem acrescentadas ao PLOA, e, desse modo, tentar viabilizar os compromissos firmados com setores da base da Condsef. A Condsef e a CUT já estão agendando uma reunião com o relator do PLOA 2011, senador Gim Argelo, para apresentar as reivindicações. O Congresso realizará audiências públicas até o dia 5 de outubro para discutir o projeto. É de fundamental importância a participação de todos nessas discussões. Este é o momento de fazer pressão junto ao Congresso Nacional e à Comissão Mista do Orçamento para poder ter as reivindicações setoriais atendidas. A votação do PLOA está marcada para o dia 13 de outubro.

NEGOCIAÇÃO

Depois de três anos de inúmeros debates, o Grupo de Trabalho (GT) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) que discute negociação coletiva no serviço público, direitos sindicais e resolução de conflitos está prestes a concluir seu trabalho. A bancada sindical fechou um acordo com a bancada governista e um projeto de lei que

trata dessas questões deverá ser enviado, nos próximos dias, à Casa Civil e ao Congresso Nacional.

O acordo representa um marco na história do serviço público brasileiro, mas a Condsef lembra aos servidores que o Congresso Nacional é formado, em sua maioria por uma ala conservadora, que, sem dúvida, vai tentar barrar o projeto. Para isso, os servidores precisam acompanhar sua tramitação de perto e pressionar seus deputados e senadores. O acordo completo fechado entre as bancadas sindical e governista está no site da CUT, ou, se preferir, nos endereços eletrônicos a seguir: /sistema/ck/files/negociacao_coletiva_minuta(1).pdf e no/sistema/ck/files/negociacao_coletiva_minuta-2(1).pdf

CONAB

A migração do plano de carreira dos empregados públicos da Conab tem gerado muitas dúvidas no setor. É que o plano em vigor é de 1991 e um outro, de 2009, está em fase de implantação. Inicialmente, o que o governo defende é que, ao fazer a opção pelo plano, o empregado abra mão, inclusive do ponto de vista jurídico, dos direitos contidos no plano antigo. Mas, ao analisar minuciosamente o processo de transição dos dois planos, a Assessoria Jurídica da Condsef concluiu que os trabalhadores do antigo plano mantêm seus direitos mesmo aderindo ao novo. A exceção é para aqueles que foram admitidos depois da revogação ou alteração do regulamento.

“Os direitos incorporados pelos atuais trabalhadores com base no PCS/1991 (Plano de Cargo e Salário antigo) continuam protegidos após a migração para o novo plano”, resume o Jurídico da Condsef, acrescentando que “a opção para o novo plano não implica em renúncia a eventuais ações judiciais em curso que tenham como objetivo os direitos incorporados ao patrimônio do trabalhador com base no PCS/1991”. Segundo o parecer dos advogados da Condsef, “as cláusulas regulamentares que revogam ou alteram vantagens” previstas no primeiro plano só atingirão os novos trabalhadores, admitidos após essas medidas.

De acordo com o parecer jurídico da Condsef, o empregado terá o direito de buscar na Justiça “o restabelecimento de um direito que tenha sido violado por alteração contratual, ainda que o trabalhador haja assinado o termo de ajuste, desde que comprove que a alteração lhe foi prejudicial”.

Brasil, brasis

Movimento sindical agredido

Um absurdo e um acinte à democracia a atitude do chefe de segurança do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, identificado como coronel Dionísio Galvão. No dia 14 de setembro ele apontou uma arma de fogo para dirigentes sindicais que estavam no Hospital convocando os servidores para uma assembleia. É inconcebível que ainda existam tentativas de impedir o direito sindical dos trabalhadores, sobretudo em uma instituição do governo de Pernambuco, um hospital universitário, como o Oswaldo Cruz. O movimento sindical pede explicação e se solidariza com a direção do Sindicato dos Servidores da Universidade de Pernambuco (Sindupe).

Copa e Olimpíadas estimulam despejos



rio2016
APPLICANT CITY

Já se tornou comum a onda de despejos que vem ocorrendo nas grandes cidades brasileiras. De acordo com o MST, o que está motivando as remoções são os preparativos para a Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil, em 2014 e 2016, respectivamente. Por conta desses dois eventos, é grande a especulação imobiliária, responsável por expulsar comunidades pobres em direção às periferias. Em protesto a esse quadro, militantes do MST realizaram, no dia 22 de setembro, uma manifestação em São Paulo, dentro da Jornada de Lutas Nacional contra Despejos, realizada por organizações sociais urbanas de todo o país

PASSEATA
Militantes aproveitaram o Grito dos Excluídos para divulgar o plebiscito



Plebiscito quer saber opinião dos brasileiros sobre limites de propriedade da terra

De 1º a 12 de setembro, movimentos sociais realizaram consulta popular para discutir o limite da terra e do latifúndio no Brasil

“O Brasil não tem uma lei que limite o tamanho da propriedade da terra”. A declaração de Jaime Amorim, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em Pernambuco, deixa clara a realidade brasileira quanto à distribuição de terras. A consequência dessa falta de controle agrário resulta na injustiça social, na violência no campo e no êxodo rural, só para citar algumas das várias consequências.

Como forma de denunciar esse esquema injusto, setores da sociedade civil organizada realizaram, de 1º a 12 de setembro, o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra. “O plebiscito, independente do resultado, já foi vitorioso porque levantou esse debate na sociedade”, resumiu Amorim. O Sindsep apoiou desde o primeiro momento a consulta popular e instalou, na sua sede e nas sete subdesdes, urnas para atender não só os servidores federais mais toda a população.

Durante toda a caminhada do Grito dos Excluídos, no dia 7 de Setembro, manifestantes que participaram do evento não paravam de chamar atenção da população sobre a importância de se manifestar no plebiscito. Da avenida Conde da Boa Vista até chegar à praça do Carmo, quem falava em cima do trio elétrico lembrava a importância da consulta. Eles fizeram duras críticas ao agronegócio e ao latifúndio.

Um grupo com cerca de 30 estudantes de

direito do Paraná, Ceará, Piauí e Pará, que fazem parte da Assessoria Jurídica Universitária, participaram do Grito dos Excluídos em Recife e defenderam a iniciativa de consultar a sociedade quanto ao direito à propriedade de terra.

“O plebiscito é um movimento de educação popular e de transformação da sociedade”, lembrou Karina Kurchaidt, de 19 anos, do Paraná.

GRITO DOS EXCLUÍDOS

Ano de eleição. O povo, sedento por justiça social, foi em grande número às ruas do Recife, no feriado da Independência, 7 de setembro, para participar do 16º Grito dos Excluídos. Ainda na concentração, na praça Oswaldo Cruz, por volta das 10h, o evento teve início com encenação da Turma do Flau – jovens carentes do Pina. Ao som de uma cantiga que falava sobre desigualdade, eles usavam cartazes com o nome de grupos opressores como latifundiários e mineiradores, e oprimidos da sociedade, como desabrigados e prostitutas.

A direção do Sindsep compareceu em peso ao desfile. O arcebispo de Olinda e Recife, Dom Fernando Saborido, deu início às falas. Ele lembrou que este ano é oportuno para a população se rebelar e votar em candidatos comprometidos com as causas sociais. Além da Igreja Católica, que organiza o Grito dos Excluídos no Estado, outras

denominações religiosas marcaram presença na manifestação popular. Antes de partir em caminhada pela avenida Conde da Boa Vista, os manifestantes rezaram juntos um Pai Nosso.

“O movimento sindical é excluído e essa exclusão é provocada, principalmente, pela mídia burguesa, que discrimina os sindicatos urbanos e rurais e também o movimento social”, comenta o diretor do Sindsep-PE e vice-presidente da CUT Pernambuco, Fernando Lima. Arioneide Belém, servidora da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), que liderou greve por mais de cinco meses nesse órgão, também participou do Grito dos Excluídos. “Nós nos sentimos excluídos pelo Governo. Se atendêssemos empresários já teríamos conseguido nosso plano de carreira, mas como atendemos o trabalhador e não arrecadamos tributos, o tratamento é diferenciado”, falou, indignada, a grevista. “Jesus ama os gays”, gritava o palhaço transformista, Maurício Santana. Ele é um dos fundadores da Parada Gay no Estado

e, ao contrário do que muitos pensam, diz que não se sente excluído. “Hoje é muito diferente do passado. Temos representatividade econômica e somos incluídos nos programas governamentais. O que precisamos agora é respeitar a opinião dos outros. Se não aceitarmos a nossa preferência sexual não podemos obrigá-los a isso”, conclui Santana.

30
estudantes de direito do Paraná, Ceará, Piauí e Pará, que participaram do Grito dos Excluídos em Recife, defenderam o plebiscito

Entrevista: Mário Mantovane - Ambientalista da SOS Mata Atlântica

“A reforma do código florestal é uma legislação encomendada, um golpe”

Prestes a acabar o chamado **recesso branco do Congresso Nacional – momento em que os parlamentares se distanciam das atividades para se dedicar à campanha eleitoral em seus estados –, a sociedade civil organizada que luta pela defesa do meio ambiente, é só expectativa quanto à votação da proposta de reforma do Código Florestal. Mário Mantovane, ambientalista há mais de 35 anos, que hoje milita na ONG SOS Mata Atlântica, explica por que essa proposta não é boa para a sociedade e para o Planeta.**

GARRA – É necessário fazer essa reforma no Código Florestal Brasileiro?

MÁRIO MANTOVANE – A reforma já estava acontecendo, já tinha um processo ocorrendo de mais de cinco anos, um processo democrático. O que aconteceu é que os setores da Câmara ligados ao agronegócio tentaram dar um golpe na sociedade. Por muitos anos eles foram perdendo espaço na construção das legislações brasileiras e quando perceberam que as leis dos crimes, da biodiversidade, da Mata Atlântica começaram a ser impeditivos para fazer financiamento, então se juntaram com a Confederação Nacional da Agricultura, com grupos de interesses muito fortes e partiram para fazer essa agressão, esse golpe contra a sociedade. O que eles fizeram não foi uma discussão democrática. Eles colocaram essa reforma para ser votada, justificando que estavam ouvindo todo mundo, mas na verdade foi uma legislação encomendada. Eles alegam, inclusive, que tinham direitos anteriores. Mas ninguém tem direitos anteriores quando se trata de questões sociais. A Constituição de 1988 já diz

que a propriedade tem função social.

GARRA – Por que essa reforma do Código Florestal não é boa para o meio ambiente?

MANTOVANE – Ela traz uma anistia ampla, geral e irrestrita para quem desmatou de 2008 para trás. De 2009 para frente, quem quiser continuar desmatando já ganhou o direito. O Brasil é o quarto maior emissor de CO2 do mundo. Com essa reforma que foi imposta, nós seremos o maior emissor, sem perder para ninguém. Tem também a questão dos quatro módulos rurais que não são quatro módulos para os pequenos proprietários, mas, sim, quatro módulos do imóvel rural. Então ficou toda uma questão super crítica. Outra história são as margens de rios que eles queriam tirar a proteção, passando para 15 metros.

GARRA – Quem será o maior beneficiado com essa reforma?

MANTOVANE – Essa não é uma discussão entre ruralistas e ambientalistas. É daqueles que nunca cumpriram a lei e sempre se beneficiaram. Das oligarquias, dos patronistas que querem uma anistia ampla geral e irrestrita. Então todos os defeitos do mundo que você possa imaginar foram colocados nessa legislação. Nós monitoramos há mais de 20 anos a cobertura florestal da Mata Atlântica. A gente conseguiu fazer uma legislação durante 14 anos para proteger o pouco que restava da Mata Atlântica. O que eles fizeram foi dar uma licença para o desmatamento.

GARRA – Qual seria a reforma sugerida por vocês?

MANTOVANE – A que já estava no Congresso, seguindo num processo democrático.

Essa não tem processo democrático. Essa é a crise. Já tinha essa discussão no Congresso e eles romperam com o contrato que existia com a sociedade. Discussões que já tinham resultado inclusive em acordos setoriais. A nossa proposta previa uma série de benefícios para aqueles proprietários que estão regularizados. Do jeito que está agora não vamos conseguir avanços, só retrocessos, que estão garantidos por esse grupo. Essa proposta que já estava no Congresso não ia promover desmatamento. Eu fico preocupado

porque todos os processos democráticos, todos os acordos internacionais que o Brasil tinha acabaram sendo rompidos por conta dessa proposta, dessa legislação, que, como eu falei, é um golpe.

GARRA – Como a sociedade civil organizada está se articulando para derrubar essa proposta de reforma que está sendo imposta?

MANTOVANE – Nós estamos denunciando. Estamos chamando os melhores técnicos porque eles também tentaram dizer que as mudanças eram técnicas. Mas estamos descobrindo que existe um monte de inconsistências. É fácil desmontar o argumento deles quando você percebe quais são os verdadeiros interesses. Querem fazer georreferenciamento, apesar de muitas das áreas hoje estarem irregulares e os cartórios no Brasil constituírem-se em escândalo por conta dos registros. Então, estamos falando de confrontos de alguém que quer promover esses “benefícios” e de outras pessoas que estão dizendo: “Opa, tem algo errado”. As justificativas deles aos poucos estão caindo uma a uma porque agora o movimento social está se envolvendo, as universidades, o Ministério Público. Todo mundo está reagindo. Eles fizeram isso com tanta pressão em cima da sociedade, foi tão escandaloso que a gente agora está conseguindo desmontar isso com toda tranquilidade.

“A reforma traz uma anistia ampla, geral e irrestrita para quem desmatou de 2008 para trás”





Recife ganha Cine Teatro Sociodramático, um projeto para a reflexão crítica

A ideia inicial é, uma vez por mês, exibir um filme e complementar com o sociodrama, provocando a consciência crítica nas pessoas

Recife agora tem um espaço voltado para reflexão a partir do sociodrama. Trata-se do projeto Cine Teatro Sociodramático, lançado no dia 1º de setembro pelo Sindsep-PE. A ideia é criar um fórum de debates críticos sobre a sociedade e o papel do cidadão no contexto, tendo como referenciais o cinema e o teatro. Dessa forma, tem a finalidade de desenvolver a consciência crítica/reflexiva no público, de forma a promover a

transformação social.

“O Cine Teatro Sociodramático é uma proposta político-transformadora. Não pretende ser apenas informativa, mas também uma oportunidade de lazer e de reflexão. Os participantes irão propor mudanças na sociedade”, explica Joelson Passos, assessor de formação política sindical do Sindsep e responsável pelo projeto. Através das discussões, os participantes poderão se tornar agentes modificadores da sociedade, a partir do senso crítico.

A proposta é abrangente e pretende incluir na programação crianças, jovens e adultos. As sessões serão temáticas com filmes nacionais, de drama, de política, de animação, entre outros estilos. A ideia inicial é, pelo menos uma vez por mês, exibir um filme e complementar com o

sociodrama.

UM SONHO POSSÍVEL

O filme que abriu o projeto foi Um Sonho Possível (2009), do diretor John Lee Hancock. A película conta a história de um jovem pobre que é adotado por uma família rica e que se transforma em um astro do futebol americano. Ao terminar o filme, a diretora do Centro de Psicodrama e Sociodrama (CEPS), Mônica Caluete, assumiu o debate, levando o público a refletir sobre a temática abordada pelo roteiro e a se identificar com a história.

As pessoas expressaram suas opiniões sobre o filme, tentando associar o drama do jovem pobre que se torna ídolo esportivo com as suas vidas. Foram muitos os relatos, cada um mais rico do que o outro. Ao lançar o Cine Teatro Sociodramático, a secretária gerla do Sindesepe, Graça Oliveira destacou a importância de os

servidores federais se engajarem no projeto. “Esse é um espaço rico para que se reflita qual o tipo de sociedade que temos e a que queremos. Através do cinema, vamos levantar temas que podem modificar diretamente a vida de cada um de nós”, disse Graça.

No dia 20 de outubro, o Sindsep promoveu a segunda edição do projeto, com a exibição do filme *Salve Geral*, do diretor Sérgio Rezende. Baseado em fatos reais, o filme conta a história de uma professora de piano que se envolve nos ataques realizados por uma facção criminosa em São Paulo, no Dia das Mães do ano de 2006. Andréa Beltrão interpreta a protagonista, Lucia, cuja vida sofre uma reviravolta com a prisão de seu único filho, Rafa (*Lee Thalor*). Confira a baixo a relação de filmes programados e acompanhe nos nossos informativos dias e horários das próximas sessões.

Alguns filmes propostos para o Cine Teatro Sociodramático

- O encouraçado Potekim (1)
- Doutor Jivago (2)
- Casablanca (3)
- Passagem para a Índia (4)
- Escritores da Liberdade (5)
- Escritores do Futuro
- 400 contra 1



gira mundo

Greve nas estradas de ferro da Grécia

Trabalhadores de estradas de ferro da Grécia realizaram uma greve contra a decisão do governo de privatizar a empresa e contra a política de cortes salariais. Os camionistas, como são denominados, bloquearam duas auto-estradas de saída de Atenas, realizando concentrações em frente do parlamento grego. Os trabalhadores da administração pública também estão mobilizados e já têm uma



greve geral convocada para 7 de Outubro, contra os cortes nos salários.

Soja sulamericana no topo do mundo

Um estudo realizado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil em parceria com a Base Investigações Sociais, tradicional organização social paraguaia, indica que, entre 2009 e 2010, Brasil, Argentina e Paraguai serão responsáveis por 50% da produção mundial de soja. A expectativa é que a colheita seja de 130,7 milhões de toneladas, ante uma produção

global estimada em 259,7 milhões de toneladas. O Brasil se destaca com 69 milhões de toneladas colhidas (26,5% do total mundial), e é o segundo maior produtor global, atrás apenas dos Estados Unidos, que colhe 91,4 milhões (35,1%). A Argentina é o terceiro maior produtor, com 54,5 milhões (20,9%), e o Paraguai é o sexto, com 7,2 milhões (2,7%), atrás apenas da China e da Índia.